



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT  
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 39ª (TRIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª  
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 39ª (trigésima nona) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/1451/2018, 1/2597/201, 1/5223/2018, 1/5838/2018 – Cons. Felipe Augusto Araújo Muniz, 1/3715/2018 - Cons. Lúcio Flávio Alves. Foi lida e aprovada a ata 38ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/56/2018 – Auto de Infração nº 1/201718645. RECORRENTE: MECESA EMBALAGENS S.A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES SOUSA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário e, tomar as seguintes deliberações: **1- Com relação ao pedido de decadência da exigência do lançamento dos créditos tributários, relativamente aos meses de janeiro a novembro de 2012, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN – Indeferido por unanimidade de votos, considerando que o presente caso trata-se de obrigação acessória, portanto, se aplica a norma do art. 173, inciso I, do CTN; 2- Quanto a alegação de nulidade da autuação, em razão do levantamento realizado pelo agente fiscal não ter considerado toda a documentação disponibilizada pela empresa. Alega ainda que não consta cópia do Livro Razão e nem das notas fiscais objeto da autuação – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que o método utilizado na fiscalização é válido e seguro para apontar a infração denunciada e a ausência do citado livro não constitui motivo de nulidade do processo, conforme legislação vigente; 3- Por ocasião da apreciação de mérito, o Sr. Presidente concedeu vistas do processo ao Conselheiro Ricardo Ferreira Valente Filho, que, na forma regimental, a requereu mediante de que a sistemática e discussões não avançavam, e em defesa da justiça**

fiscal, entendeu por se debruçar com mais afinco sobre o mesmo. **Processo de Recurso Nº 1/57/2018 – Auto de Infração nº 1/201718646.** RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RECORRIDO: MECESA EMBALAGENS S.A. RELATOR:** Conselheiro **FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ.** **Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário e, também por unanimidade de votos, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão exarada na instância singular que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o feito fiscal, reenquadramento a penalidade para a inserta no art. 123, § 12 da Lei nº 12.670/96. **Decisão** nos termos do voto do Conselheiro relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e conforme a manifestação oral do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/694/2016 – Auto de Infração nº 2/201519840.** RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RECORRIDO: TOME EQUIPAMENTOS E TRANSPORTES S.A. RELATOR:** Conselheiro **RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO.** **Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário e, também por unanimidade de votos, dar-lhe provimento, para reformar a decisão de parcialmente condenatória exarada na instância singular e, julgar **IMPROCEDENTE** o feito fiscal, com o entendimento de que a tipificação da infração não condiz com as provas, razão pela qual inexistente qualquer fator que denote a inidoneidade do documento fiscal. **Decisão** nos termos do voto do Conselheiro relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e contrária a manifestação oral do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/3186/2017 – Auto de Infração nº 1/201705360.** RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RECORRIDO: METALÚRGICA HISPANO LTDA. RELATORA:** Conselheira **TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO.** **Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer Reexame necessário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão exarada em 1ª Instância que julgou **IMPROCEDENTE** a acusação fiscal, nos termos do voto da Conselheira Relatora e adotando os fundamentos constantes do Parecer da Assessoria Processual Tributária, conforme a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 18 (dezoito) de dezembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira  
**PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA**

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge  
**SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA**